



Carlos Barbosa lembra que Estado deve dois milhões

Líder do ACP refere-se a verbas do Instituto do Desporto em falta para o Rali de Portugal.

Eduardo Melo
eduardo.melo@economico.pt

Nas Jornadas de Direito e Desporto, promovidas pela Universidade Lusíada, participaram diversos especialistas da área. Carlos Barbosa, líder do ACP, organizador do Rali de Portugal e vice-presidente do Sporting, lembrou que o Estado, através do Instituto do Desporto, “deve dois milhões de euros relativos a 2010 e 2011” do apoio que dispensa à prova. “Promessas não cumpridas, um hábito no Estado português”, criticou Barbosa.

Ao mesmo tempo, o dirigente aproveitou a oportunidade para falar sobre a sua experiência com a prova, descrevendo mecanismos fulcrais para o sucesso e parcerias essenciais. “A nível institucional, as autarquias, a polícia e os bombeiros são parceiros fundamentais”, lembrou. Por outro lado, voltou a referir o estudo do ano passado, realizado pela Universidade do Algarve, segundo o qual o Rali permitiu um retorno na ordem dos 85 milhões de euros, 50 milhões dos quais só em dormidas e refeições. “Este ano tivemos cá cerca de 600 mil pessoas”, revelou.

Quatro anos sem Tribunal

Nos últimos quatro anos, “o poder político esteve a empatar a criação do Tribunal Arbitral do Desporto”, proposto pelas federações desportivas, sob a égide do Comité Olímpico. Alexandre Mestre, jurista e conferencista nas Jornadas de Direito e Desporto, acusa o ex-ministro da Justiça, Alberto Costa, e o actual secretário de Estado do Desporto, Laurentino Dias, de não terem dado aval ao projecto. “Essa entidade tem de ser aprovada pelo ministro da Justiça. Alberto Costa e o secretário de Estado nunca fizeram diligências no sentido de adiantar o assunto. No auge da questão Carlos Queiroz foi criada uma Comissão para a Justiça Desportiva.” No intervalo de um ano de trabalhos da dita comissão, pouco ou nada se avançou em concreto e Mestre até é apologista de uma solução privada. “Preferia uma solução a partir das federações, ao contrário do que foi proposto pela comissão para a Justiça

Desportiva, da qual apenas assistiu à primeira reunião.”

Agora, o novo Governo vai ter de decidir em relação às recomendações oriundas dessa comissão. Um Tribunal Arbitral do Desporto não pretende “dirimir os conflitos no desporto, não tanto entre os particulares, como por exemplo contratos com patrocínios. O que se sente mais é a necessidade de uma resolução de conflitos no tecido associativo, principalmente nas federações”, confere. No seu entender, as decisões dos actuais órgãos de justiça da federação, como o Conselho de Disciplina ou da Justiça, padecem de “pouca credibilidade”.

Mas a solução não era a sua extinção: “A coexistência é possível, mas uma decisão superior podia ser orientada para um Tribunal do Desporto, sob a égide do Comité Olímpico”.

Seria o Comité Olímpico a suportar financeiramente a instituição e a definir o regulamento do tribunal. O objectivo era ter uma justiça “mais célere, mais especializada e mais segura”, diz. ■



“O Instituto do Desporto ainda deve ao ACP dois milhões de euros referentes a 2010 e 2011. Promessas não cumpridas, um hábito no Estado português”, disse Carlos Barbosa.



Alexandre Mestre lamentou “os quatro anos perdidos” sem a criação do Tribunal Arbitral do Desporto e espera decisões do novo governo sobre o assunto.